

**ORGANIZAÇÃO  
RESISTÊNCIA LIBERTÁRIA**

**CICLOS DE ESTUDOS  
ANARQUISTAS**

**TEMA: "GÊNERO E ANARQUISMO:  
MEMÓRIA E RESISTÊNCIA"**





# Sumário:

Apresentação.....	pág. 05
Pontes entre o anarquismo e o feminismo [ORL].....	pág. 07
As mulheres na Revolução Russa: memória e resistência no centenário [ORL].....	pág. 11
Informativos da ORL anos 2015/2016/2017.....	pág. 25
Informativos da CAB anos 2015/2016/2017.....	pág.39



## APRESENTAÇÃO

**O**s Ciclos de Estudos Anarquistas compõem a agenda de espaços públicos da Organização Resistência Libertária (ORL/CAB). Junto aos ciclos, publicamos cartilhas com textos que trazem discussões importantes para o tema que será estudado. Dando continuidade aos nossos espaços, iniciaremos o nosso terceiro ciclo dedicado ao centenário da Revolução Russa e intitulado: “As mulheres na Revolução Russa: memória e resistência no centenário”.

Os textos, notas e compilações presentes nesta cartilha são frutos do acúmulo das discussões de gênero construídas coletivamente entre a Organização Resistência Libertária e a Coordenação Anarquista Brasileira.

O processo de auto-organização, discussão e reflexão das mulheres nos espaços da ORL e da CAB tem se fortalecido e, consequentemente, ampliado-se através das lutas que são traçadas diariamente, ombro a ombro. Deste modo, as notas que compõem esta cartilha trazem consigo discussões importantes sobre feminismo, gênero e sexualidade. Aqui, procuramos relacionar o anarquismo com as demandas das mulheres, sejam elas camponesas, curdas, zapatistas, negras ou indígenas, diante das ofensivas traçadas pelo Estado opressor, racista, machista, lesbofóbico e transfóbico.

Portanto, convidamos todas para se debruçarem perante esta cartilha. Começamos pelo texto “Pontes entre o anarquismo e o feminismo”, produzido pela Organização Resistência Libertária e que nos leva a refletir sobre o que existe em comum entre o anarquismo e o feminismo.

No ano corrente, além do centenário da greve geral de 1917, recordamos o centenário da Revolução Russa, que foi um processo histórico de luta em que nós anarquistas (homens e mulheres que fazem e refazem cotidianamente o processo de construção de uma nova sociedade/sociabilidade) estivemos presentes contruindo política. Ademais, quando lemos ou ouvimos sobre a Revolução Russa, a participação das

mulheres é, por certo, anulada ou pouco retratada.

Assim, entendemos necessário trazer no nesta cartilha a atuação das mulheres na Revolução através do texto “As mulheres na Revolução Russa: memórias e resistências no centenário” produzido pela Organização Resistência Libertária e com contribuições de mulheres apoiadoras da nossa Organização. Produzimos textos em homenagem a cinco mulheres revolucionárias: Maria Grigovena Nikiforova, Maria Isidorovna Goldsmith, Fania Kaplan, Ida Mett e Emma Goldman.

A discussão de gênero na ORL e na CAB vem se construindo gradativamente, conforme avançamos em alguns pontos essenciais para o debate. Os informativos que separamos para compor esta cartilha são produto tanto dos avanços desses debates como da própria Coordenação. Os assuntos que revestem os informativos pairam sobre os seguintes temas: violência de gênero nas organizações políticas e nos atos de rua, visibilidade travesti e transexual, maternidade, dia da mulher negra latino-americana e caribenha, 8 de março, contra a cultura do estupro, descriminalização do aborto na América Latina e Caribe e dia internacional da não violência contra a mulher.

Assim, esperamos contribuir para a construção de algumas pontes, com o objetivo que pauta de gênero esteja sempre sendo discutida e refletida. Nossa expectativa é que essa produção possa trazer tais discussões de forma gradual, desnaturalizando opressões de gênero vivenciadas pelos diferentes contextos socioeconômicos. Por fim, desejamos a todas e todos uma ótima leitura!

**Construir mulheres fortes!**  
**Construir um povo forte!**  
**Lutar, criar, poder popular!**

## PONTES ENTRE O ANARQUISMO E O FEMINISMO

**Organização Resistência Libertária [ORL/CAB]**

*“Dentro da sociedade capitalista a mulher é duas vezes escrava: é protegida, a tutelada, a “pupila” do homem, criatura domesticada por um senhor cioso e, ao mesmo tempo, é a escrava social de uma sociedade baseada no dinheiro e nos privilégios mantidos pela autoridade do Estado e pela força armada para defender o poder, o dominismo, o industrialismo monetário.”*

Maria Lacerda de Moura.

**É** difícil precisar uma definição de feminismo, pois este termo traduz um processo de lutas que é atravessado por influências de diferentes ideologias, desde concepções liberais-burguesas até distintas concepções de socialismo. Inicialmente, podemos estabelecer que o feminismo pretende a busca de igualdade política, econômica, social e sexual entre homens e mulheres, pessoas cisgeneras ou transgeneras[1]. Portanto, o terreno de contestação (e de afirmação) do feminismo são as implicações sociais das construções de gênero e das pessoas e símbolos envolvidos nesta construção.

Assim, podemos definir o feminismo como o conjunto entre a teoria e a prática que pretende a construção de uma nova sociedade, em que impere a igualdade de gênero. Quanto ao anarquismo, entendemo-lo como o objetivo de “transformar a atual sociedade capitalista burguesa em uma sociedade que assegure ao trabalhador os produtos de seus esforços, sua liberdade, independência, igualdade política e social.

Esta outra sociedade será o comunismo libertário, no qual a solidariedade social e a individualidade livre acharão sua expressão plena, e no qual estas duas ideias se desenvolverão em perfeita harmonia.” [Plataforma Dielo-Truda]. Assim, entendemos que o anarquismo se aproxima

do feminismo porque ambos tocam nas relações de poder instituídos na sociedade, visando destruir o poder autoritário e a construir o poder popular, desde baixo e à esquerda, sempre pautado nas lutas pela igualdade e contra as opressões, incluindo a igualdade de gênero.

Anarquistas associam o Estado ao poder centralizado, portanto, ao autoritarismo, e acreditam não ser possível chegar a uma outra sociedade através de etapas que conservem a existência do estado, pois acreditamos, como mostra a história, que o estado não irá definir depois de algum tempo. Conservá-lo é fortalece-lo e, enquanto ele existir, será autor de inúmeras injustiças e não permitirá que floresça a liberdade. Portanto, nós anarquistas não acreditamos ser possível a adoção de um meio que conflite com o fim pretendido, e desde já buscamos coerência com nossos objetivos finalistas: o socialismo libertário. Ainda como anarquistas acreditamos na interdependência estrutural das três esferas: política, econômica e social e na interseccionalidade das opressões.

Nós, feministas anarquistas, estamos inseridas nas fileiras das feministas classistas. Chamamos de feministas classistas aquelas que reconhecem que a sociedade é dividida em classes e identifica a luta de classes como seio da opressão, permanecendo na luta ao lado classe explorada.

Para nós, feministas anarquistas, as opressões que as mulheres sofrem surgem e se potencializam a partir de diversas esferas: econômica, social, política, étnica, racial e de diversidade sexual. Com isso, queremos dizer que além da desigualdade econômica, um feminismo anarquista deve compreender a construção das desigualdades de gênero sobre diversas interfaces. Aqui, precisamente, diferenciamos-nos do feminismo marxista, essencialmente economicista. Para as feministas marxistas, a opressão das mulheres sob o capitalismo tem uma base essencialmente econômica, mas para nós, feministas anarquistas, a opressão das mulheres no capitalismo não tem uma base essencialmente econômica. É claro que fatores de ordem econômica agem na construção das opressões de gênero no capitalismo. Basta lembrar o trabalho doméstico da mulher, que não é pago, mas que agrega valor, além da jornada de trabalho apropriada diretamente pelo empregador.

O capitalismo nos explora duas, três ou quatro vezes mais, quando nos força aos dois trabalhos: de produção e o de reprodução. O trabalho de produção está associado à produção de mercadorias e serviços, em espaços públicos ou privados[2]. O trabalho de reprodução diz res-



peito tanto à obrigatoriedade da função biológica da reprodução, quanto à função socializada de cuidar da casa e dos filhos, assim como satisfazer as necessidades masculinas de intimidade e satisfação sexual. Esses trabalhos de reprodução foram historicamente ocupados por mulheres. Atualmente, mesmo quando a mulher branca se aparta do trabalho de reprodução, ocupando-se exclusivamente do trabalho de produção no capitalismo, deixa uma mulher negra nesse posto, mais um sintoma de uma sociedade que conjuga capitalismo, machismo e racismo. Sempre é associado à mulher os trabalhos de produção e reprodução. Assim, por exemplo, no Brasil as mulheres costumam receber salários menores que os dos homens, nos mesmos postos de trabalho, além de serem excluídas de certas posições consideradas mais apropriadas ao sexo masculino.

Quando o gênero e a raça se entrelaçam, a opressão toma seu posto mais cruel. A opressão da mulher negra pelo Estado e pelo capitalismo adquirem outras formas de expressão. O racismo, marca de um país ainda escravocrata, reserva às mulheres negras, mais que às brancas, serviços domésticos sem direitos trabalhistas e trabalhos informais. São as mulheres negras as mais presentes no sistema penitenciário brasileiro, as que criam seus/suas filhos/filhas sozinhas, as mais espancadas pela polícia, as que mais enfrentam os senhores de engenho e os capitães-domato. São as mulheres negras as que mais sofrem com as violências institucionais do Estado, desde as doenças transmitidas por falta de saneamento básico nos bairros da periferia, até a ausência de serviços de saúde e educação em seus bairros. São as mulheres negras que mais sofrem em revistas íntimas vexatórias nas filas dos presídios brasileiros quando vão visitar companheiros e filhos.

As percepções mais recentes têm mostrado, contudo, que às atitudes tradicionais a respeito da mulher somam-se outras formas de machismos, nas quais a antipatia a elas dirigida tem se expressado de forma simbólica ou indireta. Assim, hoje podemos distinguir entre uma forma de machismo antigo (mas ainda presente) e uma forma de machismo percebido recentemente. O machismo antigo define-se pelo endosso a papéis de gênero tradicionais, tratamento diferencial entre mulheres e homens e estereótipos sobre a menor competência feminina; enquanto o machismo percebido recentemente associa-se à negação de que a discriminação contra a mulher ainda exista e a um antagonismo contra as atuais lutas da mulher por maior inserção nas lutas sociais. O machismo percebido recentemente, portanto, baseia-se, também, em sentimentos

negativos sobre as mulheres, muito embora eles sejam mais encobertos e relacionados a práticas mais contemporâneas.

Partimos da certeza que vivemos em uma sociedade patriarcal que tem em sua gênese a propriedade sobre o corpo e a vida das mulheres. Para nós feministas anarquistas, o patriarcado só será destruído com a derrubada do capitalismo. Assim, temos uma ponte entre o feminismo e o anarquismo, em que ambos contestam as relações de poder advindas de construções sociais de gênero, poder econômico, social ou simbólico.

Por isso, para nós o anarquismo não existe sem o comprometimento com a luta feminista. No entanto, não é suficiente reconhecer que a anarquia é “um lindo ideal”. É necessário querer chegar à anarquia através do combate às opressões que existem hoje, ou ao menos guiar esse combate para nos aproximar da anarquia, tratando de atenuar o domínio do Estado, do capitalismo e dos privilégios de identidade de gênero, raça, e orientação sexual, reivindicando sempre mais liberdade e mais justiça social.

[1] Pessoas transgêneras nascem com um sexo que difere do socialmente vinculado à identidade de gênero que elas se reconhecem. Pessoas cisgêneras nascem com um sexo que coincide com o socialmente vinculado à identidade de gênero que elas se reconhecem. Compreendemos por mulheres as pessoas que se identificam com essa identidade de gênero, portanto, mulheres cisgêneras ou transgêneras.

[2] Se analisamos a história da América Latina, não é correto apontar que historicamente foi papel apenas do homem executar trabalhos de produção em espaços públicos, sob pena de estarmos nos apropriando de um feminismo branco e eurocêntrico. As mulheres negras, escravas, sempre executaram trabalhos de produção, nos canaviais e cafezais. As mulheres negras nunca foram associadas ao sexo frágil, relegadas apenas ao espaço do lar.

## **As mulheres na Revolução Russa: memória e resistência no centenário.**

### **Organização Resistência Libertária [ORL/CAB]**

**C**em anos nos separaram da convulsão social que deu origem à Revolução Russa. Seus efeitos foram sentidos em todo o globo e influenciaram diversos outros processos revolucionários com suas ideias. No Brasil, a Greve Geral de 1917 teve profunda influência da Revolução Russa, com a atuação predominante de anarquistas. A influência também se deu em relação ao método, a partir do que alguns chamaram de “Soviete do Rio”, que foi uma tentativa de insurreição anarquista no Rio de Janeiro, reproduzindo aqui o que fora a “tomada do palácio de inverno”.

Com o passar dos anos, ficou claro que a Revolução estaria hegemônica pelos bolchevistas, mas sabemos que o desenvolvimento do processo revolucionário, bem como o início da construção de uma nova sociedade naquele momento histórico, teve a participação de anarquistas: nos soviets, nos exércitos e na imprensa revolucionária. O desenvolvimento da Revolução não estava dado a priori e vários projetos revolucionários foram envolvidos e disputados na luta contra o capitalismo e o czarismo.

A maior força anarquista se concentrou na organização dos soviets, que eram órgãos de união e coordenação das lutas operárias em escala local, inicialmente autônomos, e na Maknovitchina, na Ucrânia, com organizações populares, assentamentos de camponesas e camponeses e um exército organizado por Makno.

Sem dúvidas, quando pesquisamos sobre anarquistas se organizando na Revolução Russa, as fontes nos levam a uma história protagonizada por homens, fruto da supremacia masculina. Não se trata de negar a importância dos companheiros para o processo revolucionário, mas urge tirar do silenciamento a história e o papel das mulheres-militantes na Revolução.

Lançando um olhar mais atento e feminista para a Revolução Russa, enxergamos a presença e o envolvimento das mulheres em várias pautas: patriarcado, equiparação de salários, violências machistas, relações afetivas, matrimônio, maternidade, saúde da mulher, descriminalização do aborto etc.

Além disso, as mulheres da Revolução Russa desafiam concepções constantes nas organizações políticas da esquerda: que mulheres militam, pesquisam e produzem apenas sobre questões de gênero. Aqui, vemos mulheres anarquistas discutindo, planejando e marcando posições políticas em diversas questões: sobre o triunfo da Revolução; a necessidade e a problematização das alianças; a organização dos soviets; o enfrentamento ao bolchevismo; a luta armada na Maknovitchina; a necessidade de organização de anarquistas; a posição que anarquistas deveriam ter na Primeira Guerra Mundial etc.

Para essas mulheres, não existia um etapismo que secundarizava a luta pela emancipação da mulher. Não há também, para nós, a escolha entre a nossa emancipação e um projeto revolucionário “maior”. Nossa luta faz parte deste projeto revolucionário e para nós só há sentido em lutar pelo socialismo libertário se estivermos lutando pelo feminismo. E sabemos que devemos construir essa luta a partir do dualismo organizacional trazido a nós pelo especificismo: na organização política e nos movimentos sociais.

Queremos, com esse pequeno texto biográfico, saudar a memória e a resistência de nossas ancestrais: mulheres feministas e anarquistas que lutaram contra o capitalismo, o Estado e o patriarcado. Para isso, escolhemos cinco mulheres: Maria, Marie, Fania, Ida e Emma.

**Saudações Feministas!**  
**Saudações Anarquistas!**  
**Construir Mulheres Fortes!**  
**Construir um Povo Forte!**

## Maria Grigovena Nikiforova – Comandante Anarquista na Ucrânia.



Maria Grigovena Nikiforova, ou Mariucha, como era conhecida, nasceu em Alexandrovsk, atual Zaporizhia, na Ucrânia, em 1885. Começou a trabalhar fora de casa aos 16 anos, passando por diversos e breves empregos, até encontrar trabalho em uma fábrica de bebidas, localizada em uma área da cidade que vivia as contradições sociais de um processo de industrialização recente.

A partir de seu trabalho e organização na fábrica, encontrou um grupo anarco-comunista com o qual passou a militar e onde esteve envolvida com saques para financiá-lo. Durante uma dessas atividades, foi presa pela polícia e acusada de assassinar um policial e participar de uma série de expropriações. Em 1908, foi condenada a morte, mas sua pena foi substituída por 20 anos de trabalho forçado, inicialmente cumpridos em São Petersburgo e depois na Sibéria, após ser banida. Na Sibéria, organizou rebeliões na prisão e conseguiu fugir para Japão e EUA, ajudada financeiramente por companheiros anarquistas.

Nos EUA, encontrou um grupo de anarquistas russos exilados e escreveu através de vários pseudônimos na imprensa libertária. Em 1913, instalou-se em Paris, onde teve contato com artistas, demonstrando interesse por pinturas e escrituras. Nesse período, uniu-se com o anarquista polonês Witold Bzhostek. Além disso, participou, em Londres, de uma conferência de anarco-comunistas russos exilados, sendo representante de uma das 26 delegações.

Em 1917, chegou em Paris a notícia do início da Revolução Russa e Mariucha seguiu para Petrogrado. Na Rússia, participou de reuniões em Kronstadt, instando os marinheiros a se rebelarem contra o governo provisório. Em julho de 1917, voltou à Ucrânia, onde, em Alexandrovsk, juntou-se a Nestor Makhno, para participar de uma manifestação em 29 de agosto de 1917.

Em setembro de 1917, Mariucha liderou soldados que cercaram o quartel-general do exército. Após o saque, ela determinou que os co-

mandantes fossem executados e que as armas capturadas fossem enviadas ao exército Makhnovista, ocasião em que foi presa. No dia seguinte, foi convocada uma grande manifestação para sua liberdade, à qual Mariucha se referiu instando os trabalhadores a lutar por uma sociedade livre de toda autoridade.

Após a revolução de outubro, Mariucha se uniu ao Exército Negro, assumindo as unidades cossacas. Sua aliança com o exército Makhnovista lhe rendeu dois processos montados por pelos bolcheviques: um por insubordinação e outro por saques em 1918 e 1919.

Em ambos os julgamentos, contou com ajuda da amiga e feminista bolchevique Kollontai e do amigo bolchevique Antonov-Ovseenko, que havia conhecido em Paris. Mesmo assim, foi proibida de exercer qualquer cargo político ou comando por um ano. Voltando para Makhnovichina, foi mantida como membro importante do exército, mas como Makhno não queria violar sua aliança com o Exército Vermelho, ele se recusou a lhe conceder qualquer posição de comando.

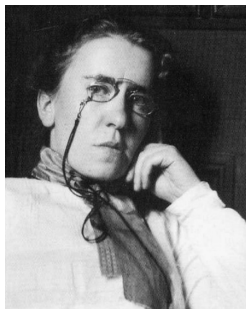
Com o ataque à Makhnovichina pelos Exércitos Branco e Vermelho, a situação ficou insustentável. Diante de uma guerra em duas frentes, Maria e seu companheiro Witold Bzhostek organizaram um grupo de lutadores para combater o Exército Branco em Sebastopol, onde foram presos em 11 de agosto de 1919 e fuzilados.

Fontes:

<http://www.blackcatpress.ca/atamansha.html>

<http://www.katesharpleylibrary.net/t76jvf>

## **Emma Goldman – A anarco-sindicalista mais perigosa dos EUA**



Emma é certamente, no Brasil, a mais conhecida mulher anarquista que militou na Revolução Russa. Muito provavelmente devido à grande temporada que viveu nos EUA e à profunda influência no anarco-sindicalismo latino-americano, há muito material sobre Emma em espanhol e em português, o que facilita a pesquisa e a produção sobre essa grande mulher. Emma nasceu em Kaunas, na Lituânia, em 1869, e faleceu em

Toronto, no Canadá, em 1940.

Embora Emma tenha nascido no Império Russo, ainda muito nova emigrou para os EUA, em 1885. Em Nova York, trabalhou em fábricas de costura, onde conheceu e começou a fazer parte de movimentos anarco-sindicalistas. Ficou conhecida por suas conferências que reuniam milhares de pessoas e por seus incontáveis ensaios publicados na imprensa anarquista local, mesmo com as inúmeras barreiras impostas pelo patriarcado e enfrentadas pelas mulheres-militantes para que pudessem se organizar e ter voz ativa nos sindicatos. Em 1906, fundou o jornal anarquista *Mother Earth*.

Seus textos tratavam sobre o anarquismo, os problemas sociais, o anarco-sindicalismo, a necessidade de organização e também sobre a luta, a vida e a emancipação das mulheres na militância e nos espaços domésticos. Emma tem o mérito de ter invadido os espaços privados dos relacionamentos sem pedir licença, sem acatar a tese de que o que ali acontecia deveria ser secundarizado em prol de um projeto revolucionário “maior”. Emma se preocupou em escrever e problematizar as mais sutis relações de violências machistas em espaços domésticos, de trabalho e de militância, atribuindo a libertação da mulher como elemento necessário para a libertação da humanidade.

Emma conheceu, nos EUA, Berkman, que também era anarquista e se veio a se tornar seu amante e companheiro pelo resto da vida. Em 1982, Berkman e Emma planejaram o assassinato do industrial Henry Clay Frick. Como resultado, Berkman foi condenado a 22 anos de cadeia.

Emma seguiu na construção da luta sindical por anos, sendo condenada por incentivar motins nos sindicatos, distribuir ilegalmente informações sobre métodos anticonceptivos e incentivar a não-filiação militar, o que ocasionou sua prisão por dois anos. Em 1918, o Governo dos EUA editou o segundo Ato de Exclusão Anarquista, deportando Emma junto com centenas de outros militantes para a Rússia.

Inicialmente simpatizante da Revolução Bolchevique, como havia publicado na imprensa anarquista estadunidense, Emma não demorou a expressar publicamente sua oposição à violência contra os soviets e as organizações populares independentes. Há relatos de uma conversa entre Emma e Kollontai, feminista dirigente do partido bolchevique e comissária do povo para a Assistência Pública no primeiro Governo Revolucionário. Nessa conversa, Emma pediu à Kollontai para que in-

terviesse contra a repressão e o governo bolchevique autoritário que estava esmagando a organização dos soviets e silenciando anarquistas. Kollontai respondeu à Emma que “esquecesse” esses pequenos problemas e assumisse um cargo no Ministério da Saúde para trabalhar com as mulheres, o qual a anarquista recusou. Emma também conversou com Lênin, que considerou o autoritarismo do governo bolchevique uma medida necessária ao triunfo da revolução.

Em 1921, Emma e Berkman se retiraram da Rússia por não conseguirem desenvolver militância, pois eram constantemente vigiados pelo partido bolchevique. Saíram da Rússia e permaneceram no exílio, no qual Emma publicou suas experiências durante a Revolução, que se tornaram os livros *Minha Desilusão com a Rússia* (1923) e *Minha Nova Desilusão com a Rússia* (1924). Fora da Rússia, Emma se instalou inicialmente na Alemanha, passando também pela França. Mais tarde, instalou-se ainda em Londres. Em 1928, começou a escrever sua autobiografia, publicada posteriormente com o título *Vivendo Minha Vida*.

Na década de 1930, vários livros de Emma já estavam traduzidos para inúmeras línguas, tornando-se influência para diversos pensadores libertários e formando opiniões políticas anarquistas sobre a Rússia Soviética. Em 1934, o escritor chinês Ba Jin publicou seu livro *The General, or Confessions - The Outcry of My Soul*, dedicando-o a Emma Goldman.

Em 1936, com quase 70 anos, Emma recebeu a notícia da Guerra Civil Espanhola e seguiu entusiasmada pra Espanha, onde foi recepcionada pela Confederação Nacional do Trabalho (CNT) e pela Federação Anarquista Ibérica (FAI), passando a colaborar na tradução do boletim informativo da CNT-FAI para o inglês e a escrever com frequência para o jornal *A Espanha e o Mundo*. Após deixar a Espanha, Emma passou a ser uma representante oficial da CNT-FAI em Londres. Emma faleceu em Toronto, no Canadá, em 1940.

Fontes:

<http://www.nu-sol.org/artigos/ArtigosView.php?id=46>

<https://docviewer.yandex.com/?url=ya-disk-public:///X9QhTjLU-mOuFgnFIdQLbz+Wj/uyEc5o3QuOEJ7Vhns=&name=M%20mayor%20desilusi%20con%20Rusia.pdf&c=58d845dec71>

<http://www.anarquista.net/emma-goldman/>



## Ida Mett – Uma mulher na redação da Plataforma



Ida Gilman, mais conhecida pelo pseudônimo de Ida Mett, foi uma anarquista russa nascida em 20 de julho de 1901, em Smorgon (antigo Império Russo e atual Bielorrússia). De família judia, seus pais eram comerciantes de tecido. Estudou medicina em Kharkov e em Moscou, cidade onde iniciou seu envolvimento com os círculos anarquistas e onde foi detida por realizar atividades subversivas e anti-soviéticas. Em 1924, viu-se obrigada a partir para o exílio, pouco antes de obter o diploma em medicina, a fim de evitar sua prisão. Sua fuga clandestina da Rússia bolchevique só foi possível graças à ajuda de contrabandistas judeus. Durante dois anos, viveu na Polônia na casa de parentes.

No outono de 1925, chegou a Paris via Berlim, onde manteve contatos com outros anarquistas russos emigrados como Volin, Archinof e Nicolas Lazarévitch, todos membros do grupo Vontade do Povo. Em Nicolás, Ida encontrou um companheiro nas ideias e na vida.

Em 1926, juntamente com Makhno, Archinov, Valevsky e Linsky, Ida participou da criação e redação da Plataforma Organizativa para uma União Geral de Anarquistas, documento assinado pelo Grupo Dielo Truda (Causa Operária), título do órgão do Grupo de Anarquistas Rusos no Estrangeiro, jornal no qual Ida Mett realizava tarefas editoriais. Ajudou também na correção das memórias de Nestor Makhno, em 1926 e 1927. Em 1928, Ida e Nicolas foram excluídos do Grupo Dielo Truda, acusados de realizar ritos religiosos por terem ascendido um círio na cerimônia do funeral do pai de Ida, Meyer Gilman, como era de costume na comunidade judia.

Ida e Nicolás iniciaram, na França, Bélgica e Suíça, uma campanha de denúncia e informação sobre as condições de vida em que vivia a classe trabalhadora na Rússia. Até sua expulsão da França, em 25 de novembro de 1928, editaram o jornal *La Libération syndicale*.

Refugiados na Bélgica, Ida retomou seus estudos de medicina, obtendo licenciatura em 1930. Porém, nunca pôde exercer a profissão, nem na França nem na Bélgica. Nicolás, por sua vez, trabalhou dois anos como mineiro. Os dois frequentaram os círculos anarquistas, nos quais

tornaram-se amigos de numerosos anarquistas espanhóis que estavam no exílio, entre eles Francisco Ascaso e Buenaventura Durruti, cujas teses da Plataforma e da experiência revolucionária ucraniana puderam ser conhecidas de primeira mão.

Logo após a proclamação da República na Espanha, em 1931, Ida entrou clandestinamente no país, onde participou de numerosos atos convida por Ascaso e Durruti. No ato de Primeiro de Maio, em um comício organizado pela CNT de Barcelona, Ida e Volin, representaram o movimento anarquista russo. Após o comício, uma manifestação acabou resultando num tiroteio na Plaza de la República, momento em que Ida teria demonstrado suas aptidões médicas tratando de um ferimento a bala que Ascaso recebera no braço.

Em novembro de 1931, Ida e Nicolás retornam à Bélgica, e, em 1932, nasceu seu filho Marc. Em 1933, fundaram, com Jean De Boë, o jornal *Le Réveil syndicaliste*. Ida Mett trabalhou como farmacêutica e retomou seu ativismo anarquista. Após uma manifestação antibelicista em Bruxelas, Ida e Nicolás foram perseguidos pela justiça. Ida foi condenada por um tribunal a 15 dias de prisão e lhe foi imposta uma multa. Por causa da condenação, Ida perdeu seu trabalho e se viu sujeita a sérias dificuldades, que, apesar de tudo, não lhe impediram de solidarizar-se na campanha de apoio a Francesco Ghezzi, Victor Serge e os anti-stalinistas presos na URSS.

Em 1936, novamente instalada de forma ilegal na França, retoma sua vida junto a Nicolás, que acabava de sair da prisão. Ida, muito ativa no campo sindical, foi nomeada secretária do Sindicato de Trabalhadores do Gás. Colaborou na revista *La Révolution prolétarienne*, da qual havia sido correspondente na Bélgica durante vários anos. Ida também colaborou em *Le Libertaire*, publicando habitualmente artigos sobre os processos de Moscou. Em 28 de agosto de 1936, publicou um artigo intitulado “Stalin extermina a geração de Outubro”, no qual denunciava o caráter totalitário da vida imposta na Rússia pelo stalinismo. Em 11 de setembro de 1936, insistiu na denúncia do stalinismo, constatando sua influência contrarrevolucionária na Guerra da Espanha, defendendo que os revolucionários espanhóis deveriam considerar os stalinistas como inimigos tão perigosos como os fascistas para o triunfo da causa revolucionária.

Ainda em 1938, teve início uma grave discrepância entre Ida e a redação de *La Révolution prolétarienne*, referente ao anti-semitismo,

o que a fez deixar de publicar nessa revista. Em 8 de maio de 1940, Ida e Nicolás foram detidos e separados. Nicolás foi internado no duríssimo campo de concentração de Vernet. Ida foi internada, junto com seu filho Marc, de 8 anos, no campo de Rieucros (Lozère), do qual saiu em abril de 1941, graças a intervenções de Boris Souvarine, obtendo a residência vigiada em La Garde Freinet (departamento de Var). Em 1942, ambos puderam se instalar em Draguignan até a primavera de 1946.

Entre 1948 e 1951, Ida trabalhou como médica em um sanatório para crianças judias tuberculosas em Brunoy. Dos anos quarenta até sua morte, trabalhou como tradutora técnica na indústria química.

Na década de 1950, Ida formou parte da redação da prestigiosa revista *Est-Ouest*, que, em 1957, publicou dois números especiais sobre a Rússia e o stalinismo, nos quais Ida interveio destacadamente. O número 168, de fevereiro, intitulava-se *Le Communisme européen depuis la mort de Staline*, e o número 180, de outubro, apareceu sob o título *Histoire et Bilan de la Révolution soviétique*. Os artigos de Ida eram publicados sem assinatura ou sob o nome de Ida Lazarévitch.

Ida Mett morreu em Paris em 27 de junho de 1973. Os arquivos documentais de Ida foram depositados no Instituto Internacional de História Social (IISG) de Amsterdam. Ida é autora de inúmeras obras: *Au secours de Francesco Ghezzi, un prisonnier Du Guépéou* (1930), *La Comuna de Cronstadt: crepúsculo sangriento de los soviets* (1948), *La médecine en URSS* (1953), *L'école soviétique: enseignements primaire et secondaire* (1954), *Le paysan russe dans la révolution et la post-révolution* (1968), *Souvenir sur Nestor Makhno* (escrito em 1948 e editado postumamente em 1983).



### **Maria Isidorovna Goldsmith – Solidariedade russa no exílio.**

Maria Isidorovna Goldsmith nasceu em 19 de julho de 1871 na Rússia. Seu pai, Isidor, publicou *Znanie*, uma revisão de orientação positivista. De acordo com o historiador Max Nettlau, Isidor foi exilado para o norte por suas opiniões, primeiro para Pinega e

mais tarde para Arkhangsk. Nettlau acredita que Isidorovna nasceu em um desses lugares de exílio do seu pai. Sua mãe, Sofia Ivanova Goldsmith, era uma seguidora do escritor socialista-revolucionário Labrov. O pai de Goldsmith morreu quando ela ainda era jovem. Assim como sua mãe, Maria interessava-se por política e ciência natural, o que serviu de base para terem um relacionamento próximo e durante toda a vida. Em 1888, as duas deixaram a Rússia e se estabeleceram em Zurique, na Suíça.

Em 1890, chegam à Paris. Goldsmith ingressou na vida política pelos passos trilhados por sua mãe. Como a mãe, ela se tornou membro dos Estudantes Revolucionários Socialistas Internacionais (um ramo dos Socialistas Revolucionários russos no exílio) em junho de 1892, estando sempre ativa na edição de panfletos.

Sua presença era constante em círculos de exilados russos e, a partir desse contato, tornou-se anarquista. No entanto, mantinha relações com Socialistas Revolucionários, para quem continuou a editar panfletos por um tempo, apesar das divergências políticas. Aos poucos, Goldsmith diminuiu seus compromissos com Socialistas Revolucionários e se tornou cada vez mais ativa entre os anarquistas, sobretudo no círculo de anarquista exilado em Paris.

Em 1897, Goldsmith começou a se corresponder com Peter Kropotkin, uma troca de cartas que deveria continuar pelo menos até 1917. Há um problema para análise deste contato, pois apenas as cartas recebidas por Goldsmith foram preservadas. Em seu exílio na Inglaterra, Kropotkin estava em um estado, talvez justificável, de excesso de precaução. Por isso, ele queimou todas as suas correspondências. Assim, temos apenas suas cartas para Goldsmith para análise. Para agravar ainda mais a situação, a maior parte delas foram escritas em russo e apenas algumas são em francês. As letras russas ainda aguardam tradução. Goldsmith realmente se tornou a maior correspondente de Kropotkin com cerca de 400 peças preservadas na coleção Nicolaevsky em Paris. Como tal, ela foi uma das principais influências sobre o pensamento posterior de Kropotkin, ainda que ela tenha discordado dele em certos pontos. Ela era, na verdade, o principal correspondente político na vida de Kropotkin no exílio. O número de suas cartas para ela só é ultrapassado pelo número de correspondências de Kropotkin para seu irmão, como Martin A. Miller, um dos mais respeitáveis biógrafos de Kropotkin, diz em suas notas para sua biografia. A coleção de cartas entre Goldsmith e Kropotkin contém seis volumes.

Goldsmith tornou-se a figura principal entre os exilados russos em

Paris, e as reuniões de grupo anarquista aconteciam em seu apartamento. Foi durante este período que ela adotou o pseudônimo ‘Maria Korn’. Goldsmith também começou uma produção prolífica para a imprensa libertária, escrevendo em russo, francês, inglês e italiano para publicações em toda a Europa e América do Norte. Ela também conheceu outra recém-chegada, Emma Goldman, quando esta estava na Europa entre 1895 e 1896, em uma turnê para a campanha para a libertação de Alexander Berkman da prisão. Goldsmith se encontrou com outros anarquistas parisienses na casa de Goldsmith.

Goldsmith também foi proeminente em círculos anarquistas não-russos, embora seu foco principal estivesse no movimento russo. Na conferência de Londres de 1906 com anarquistas russos no exílio, ela foi autora de nada menos do que três dos relatórios, “no assunto da política e da economia, na organização e na greve geral”. Em 1914, foi uma das oradoras em Paris no aniversário da morte de Bakunin. Também ajudou a organizar reuniões sobre as comemorações da Comuna de Paris e dos mártires de Haymarket. Entretanto, sua principal contribuição foi como um dos fundadores e um dos principais escritores do jornal de língua russa *Khleb i Volia* (Pão e Liberdade), publicado em Genebra de agosto de 1903 a novembro de 1905 e contrabandeado para a Rússia. Sob a influência da recentemente bem sucedida CGT francesa, ela promoveu as idéias de anarco-sindicalismo em seus escritos. Seus escritos sobre este assunto foram, mais tarde, produzidos como o panfleto “Sindicalismo Revolucionário e Anarquismo” em Moscou/Petrogrado em 1920.

Publicou também na imprensa libertária, incluindo a *La Libre Fédération* (Lausanne, 1915-1919), *Les Temps nouveaux* (Paris, 1919-1921) e *Plus Loin* (Paris, 1925-1939).

Goldsmith estudou biologia na Universidade de Paris em Sorbonne. Em 1894, obteve seu diploma de graduação e mais tarde seu mestrado. Ela trabalhou nesta instituição por muitos anos em associação com seu colega biólogo Yves Delage. Goldsmith teve uma carreira científica longa e distinta, tanto como associada de Delage, como por conta própria. Publicou pelo menos dez livros no campo da Biologia. Ela também foi editora de ‘*L’année biologique*’ de 1902 a 1924. No entanto, teve que lutar nos últimos anos de sua vida para encontrar emprego científico. Trabalhou sob a duplo fardo de ser mulher e de ser indubitavelmente conhecida por seus pontos de vista anarquista, apesar de seu uso de pseudônimos. Goldsmith suicidou-se 11 de janeiro de 1933.

Fontes:

<https://libcom.org/history/goldsmith-marie-her-life-thought>

## Fania Kaplan – A anarquista russa que atirou em Lênin.



“Meu nome é Fania Kaplan. Hoje atirei em Lenin. O fiz com meus próprios meios. Não direi quem me proporcionou a arma. Não darei nenhum detalhe. Tomei a decisão de matar Lênin há muito tempo. O considero um traidor da revolução.”

Fania Kaplan

Fania Efimovna Kaplan nasceu em 18 de fevereiro de 1890, em um povoado da região de Volynskaya Gubernia (hoje uma região próxima a Kovel, no oeste da Ucrânia), uma de oito irmãos de uma família religiosa judia. Nasceu em uma

cultura que conseguiu se aproximar de uma vivência da liberdade a partir da morte de grandes tiranos, algo que veio a influenciar seus atos enquanto militante.

Durante a Revolução de 1905, aproximou-se do anarquismo e participou de grupos organizados em Kiev e Odessa. Neste lugar, encontrou pela primeira vez “as/os clandestinas/os”. Em 1905, incluiu-se no grupo “anarquista-comunista do sul” e participou em ações armadas. No grupo, assumiu o nome de “Dora”.

Dora Kaplan, em ações diretas contra o czarismo russo, perdeu parcialmente a visão em uma explosão. Foi condenada à morte pelo juizado militar de Kiev, mas, como ainda era menor de idade (e provavelmente por ser mulher), sua pena foi trocada para prisão perpétua em Katorga, na Sibéria. Em 1907, chega à Sibéria praticamente cega e com mãos e pés acorrentados por sua “tendência a fugir”. Além de quase cega e parcialmente surda, sofria fortes dores e entrou em depressão. Recebeu tratamento em um hospital e depois voltou a outro cárcere em Katorga.

Ali, em 1911, encontrou à celebre terrorista María Spiridonovna e, segundo a versão soviética, sob sua influência, afastou-se do anarquismo em função das ideias dos SRs (socialistas revolucionários). Mas, na verdade, até a sua morte, Fania continuou sendo anarquista.

Em 1917, Fania foi liberada depois da Revolução de Fevereiro. Em seguida, viveu um tempo em Chita e depois foi para Moscou com outra companheira “SR”.

Em Jarkov, finalmente operada da vista, começou a trabalhar organizando cursos para operárias/os, instruindo-as/os sobre como organizar assembleias autônomas locais. Com a Revolução de Outubro, o crescente poder Bolchevique esmagou as assembleias locais em sua fúria centralista. Nesse momento, Fania soube o que queria: a auto-organização anarquista.

Os bolcheviques, à época, em sua loucura pelo centralismo do poder, já haviam condenado qualquer opositor de suas ideias a “reacionários”, “pequeno-burgueses” e “inimigos”, criando mecanismos sanguinolentos de repressão como o ataque armado e os campos de concentração para inimigos políticos. Fania Kaplan passou para a história soviética como uma terrorista SR e não como uma anarquista.

Em 13 de agosto de 1918, em uma ocasião em que Lênin se apresentaria publicamente em meio a trabalhadoras/es, às 22:30, no pátio da fábrica, no momento em que ele se encaminhava para entrar em seu carro, Fania gritou seu nome. Quando Lênin virou, ela disparou três tiros contra ele. Errou um, os outros dois atingiram o ombro e o pulmão esquerdo. Fugiu rapidamente, mas foi capturada por operários na rua ao lado. Lênin nunca se recuperaria totalmente. Fania declarou, com orgulho, o seu intento e disse que o planejava desde fevereiro, quando, em sua opinião, as ideias socialistas recrudesceram décadas com ações bolcheviques. Considerava Lênin um traidor.

A maior surpresa para os seguidores de Lênin foi a declaração de Fania de que havia pensado e preparado tudo por conta própria, sem a cooperação de nenhum partido ou grupo. O assunto se converteu em algo muito incômodo para o poder bolchevique e, em 3 de setembro de 1918, depois de seu contínuo rechaço em colaborar com os investigadores, Fania foi fuzilada no pátio de Kremlin, sem nenhum julgamento.

Todas/os as/os SRs foram exterminadas/os, assim como toda oposição ao autoritarismo. Em 1921, quando Gastón Leval se encontrava na Rússia para entrevistar Lênin, este lhe disse que as/os anarquistas russas/os não eram como os do ocidente, pois eram traidores e contra-revolucionárias/os. Neste mesmo ano, multiplicaram-se os campos de concentração para inimigos políticos.

Fania não só foi um exemplo vivo da teoria e da prática convergidas em uma só fórmula, mas foi o rosto visível que se opôs com palavras e atos ao domínio, independentemente de que cor esse fosse. É importante resgatar a sua memória tanto para uma radicalização do dis-

curso antiautoritário quanto para a negação de qualquer tipo de governo ou Estado. Fania Kaplan, a anarquista que baleou Lênin, é uma experiência inspiradora para pensarmos em nossa própria libertação enquanto mulheres.

Fonte:

<https://contramadriz.espivblogs.net/files/2017/01/Fania-Kaplan.pdf>



## **Informativos da ORL 2015/2016/2017**

### **Informativo nº 1**

**Contra a violência de gênero em organizações políticas!**

**A resistência é a vida!**

**Organização Resistência Libertária [ORL/CAB]**

“Saúdo a todas aquelas valentes mulheres (...). O velho mundo deveria temer o dia em que aquelas mulheres finalmente decidam que já tiveram o bastante. Aquelas mulheres não fraquejarão. A força se refugia nelas. Tomem cuidado com elas... Tomem cuidado com as mulheres quando se cansarem de tudo o que as rodeia e se levantem contra o velho mundo. Nesse dia um novo mundo começará.”

Louise Michel (1830-1905)

Toda forma de opressão e autoritarismo é nociva. E nós, anarquistas, sabemos – ou deveríamos saber – disso melhor que ninguém. Buscamos a liberdade, essa liberdade agregadora que aumenta quando quem está perto de mim também a vive. Tentamos a todo o momento cumprir ou proporcionar realização à ideia de que a liberdade da outra pessoa estende a minha ao infinito... certo? É, parece que nem sempre.

Sabemos também que possuímos valores enraizados, incentivados pela mídia e pelo Estado, valores que vêm de uma sociedade opressora por todos os lados (elitista, patriarcal, racista, extremamente homofóbica, individualista, e tanto mais). Sabemos, mas parecemos não nos importar com nossa propensão ao machismo e à homofobia, que também temos, pois vivemos em uma sociedade patriarcal e heteronormativa. Assim, muitas vezes utilizamos o rótulo de pessoas libertárias

sem nos importarmos com as diversas esferas que a liberdade deve proporcionar.

Quando falamos de luta de classes, o primeiro exercício que fazemos com a pessoa oprimida é reconhecer (de forma lenta ou rápida) que ali há uma relação de opressão, que a resposta não é virar um opressor, que devemos diariamente lutar para que esse tipo de relação não possa mais acontecer. Resumidamente seria isso, certo?

Pois bem, com o gênero não temos feito isso. Com sinceridade, metade das mulheres sequer reconhecem as coisas que vivem como opressões, da mesma forma que várias vezes a pessoa trabalhadora não se vê oprimida. Existe até a imagem de empresárix bonzinhx! O capitalismo tem dessas facilidades, de mascarar as relações e fazer você pensar que ela não está ali. E de individualizar o conflito, de dizer que o problema foi que alguém é assim, de que naquele dia tinha acontecido tal coisa, e que cada uma dessas ocorrências estão isoladas, como se não fossem ações em massa.

A opressão de gênero, comumente chamada de machismo, pode se dar nas relações interpessoais ou institucionais. Nas relações interpessoais ela ocorre, sobretudo, nos lugares pretensamente privados – mas pode acontecer também no âmbito de uma Organização Política, por exemplo. O machismo interpessoal relaciona-se às atitudes e condutas negativas que os homens dirigem às mulheres nas relações interpessoais. Já o machismo institucional dá-se com a violência de gênero perpetrada pelo Estado, muitas vezes através da falta de políticas públicas ou via ações do judiciário.

Lembramos que a violência de gênero possui várias interfaces, que se separam de forma didática, mas inevitavelmente aparecem em nossas vidas (de nós, mulheres) de forma entrelaçadas: violência física, psicológica, sexual, simbólica... Portanto, não é porque você nunca espancou ou estuprou uma mulher que isso significa nunca ter cometido uma violência de gênero.

Diante de tudo isso, propomos parar. Sabemos que é difícil inclusive encontrar em nós mesmos certos valores e crenças. É um processo de autoavaliação e de prática constantes. Da mesma forma que a própria luta de classes o é. Não nos perguntamos quando nossas atitudes favorecem ou não uma emancipação? Devemos perguntar o mesmo para todas as esferas de nossa vida, e aqui incluímos em tom permanente nossas preocupações com as questões de gênero.

Quase toda mulher (senão todas) passou por opressões que a construíram e que hoje as formam, independente se lutam contra isso ou não. É-nos ensinado a baixar a cabeça, a não criar conflitos, a cuidar apenas da casa, a falar baixo, a não se impor, a cuidar da beleza, a não confiar nas outras mulheres, a sermos sempre as culpadas, a ter rixas, e preocupar-se apenas com uma boa relação amorosa, a evitar espaços públicos etc. Que mulher de respeito não é estuprada e que aquela que foi, na verdade, estava com a roupa errada. Se estivesse “bem vestida” estava no lugar errado. Se estiver no “lugar certo” era no horário errado. A sociedade sempre busca justificar o estupro colocando a culpa na vítima.

E nunca a culpa é da vítima. Nunca!

Da mesma forma que posso não entender completamente o que é trabalhar nas condições precárias de um minério, mas posso me solidarizar, haverá coisas que os homens não entenderão completamente. Não entenderão completamente que as possibilidades de violência de gênero são muitos sutis. Compreendemos que é difícil quebrar com o que nos foi ensinado e aquilo que a sociedade reforça todos os dias. Não entenderão que, dentro de uma Organização Política ou de um movimento social, por exemplo, serem as mulheres constantemente chamadas de mandonas e chatas, e com homens sendo chamados muitas vezes “apenas” de líderes e persistentes é sim uma violência.

Por falar em Organização Política, é importante reafirmar o que entendemos por “perfil militante”, ou seja, as qualidades que, ao nosso ver, reúne uma boa militante ou um bom militante. Afinal, nessa jornada de militância vimos muitos homens serem afastados e/ou desligados de organizações políticas por violências de gênero perpetradas contra mulheres dentro ou fora dos espaços de militância. Da mesma forma, vimos homens serem “perdoados”, “daremos outra chance”! Em um ou em outro caso, ainda que haja lamentação, a justificativa se dá, muitas vezes, sob alegação de que o camarada tem “perfil militante”. Para nós, um perfil militante é definido não só como a capacidade de disciplina, de organização, de inserção social e/ou de formação política. Um “perfil militante” também agrega, como condição, trabalhar o machismo dentro de si, evitando perpetrar violências de gênero em todos os âmbitos de nossas vidas, família, trabalho, organização política e movimentos sociais em que atuamos. Da mesma forma, atuar com repúdio a homofobia. Assim, um militante machista ou homofóbico não tem, em nossa

concepção, um “perfil militante”. Isso não significa necessariamente, ou expressamente, que se precise ser desligado ou afastado. Afinal, é o grau da violência que deve ditar como uma Organização Política deve lidar com isso.

Não ter noção desses elementos como problemas, ou seja, não questioná-los ou problematizá-los, faz com que nós reproduzamos esses padrões e atitudes sem hesitar. Dar a essas questões um caráter de secundário faz com que elas se repitam, e massacrem cada vez mais militantes ao nosso lado, massacrando também qualquer ideal que tenhamos sobre Liberdade. Reproduzir opressões não leva à liberdade, mas à ilusão. Não queremos nos enganar, queremos mudanças reais, mesmo que lentas, porque como sempre dizemos: é preciso – sempre – manter uma coerência entre os fins e os meios. Em outras palavras, sobre a forma como estamos caminhando em direção ao mundo novo que ainda vemos ao longe, mas que idealizamos e construímos neste instante.

**Construir mulheres fortes!  
Construir um povo forte!**

## **Informativo nº 2**

### **29/01 - Dia da Visibilidade Travesti e Transexual**

Nós, da Organização Resistência Libertária, reunidxs em plenária anual, lembramos o dia nacional da visibilidade travesti e transexual. O dia de visibilidade é um momento importante para movimentos sociais e organizações políticas que constroem as lutas sociais. Neste caso, sabemos que a luta contra a transfobia é real e cotidiana nos locais de moradia, trabalho e estudo, além de ser uma preocupação permanente nos nossos espaços feministas. A transfobia tem avançado disfarçada de feminismo, o que nós consideramos uma ameaça para a busca do socialismo libertário através de meios coerentes com os nossos fins. Com isso, republicamos um nota produzida no ano passado, com dados que permanecem próximos. O feminismo que a gente quer não rejeita nenhuma mulher.

Nós, que construímos a Organização Resistência Libertária, organização política anarquista no Ceará, integrante da Coordenação Anarquista Brasileira, queremos saudar a todas as pessoas que se autoidentificam como transexuais e travestis.

Muitas vezes, confundimos identidade de gênero, orientação sexual e sexo. O desconhecimento, longe de justificar, contribui para o preconceito. Por isso, é necessário entender as diferenças. Identidade de gênero é como a pessoa se vê. Ela pode se enxergar homem, mulher ou outro, como neutro ou uma combinação entre masculino e feminino. Orientação sexual refere-se à atração sentida pelos indivíduos. Uma pessoa pode ser homossexual, heterossexual, bissexual etc. Sexo refere-se às características do corpo de uma pessoa. Pode ser feminino, masculino ou intersexo. Pessoas transexuais nascem com um sexo que difere do socialmente vinculado à identidade de gênero que elas se reconhecem. Travestis, adequam seus corpos às mudanças que querem, mas não sentem necessidade de redefinir seu sexo.

Sabemos que também nesse campo o Estado age como opressor. Quer quando legisla sobre identidade de gênero, almejando nos colocar em caixinhas pré-determinadas; quer quando encara a transexualidade como doença, associando o diferente ao patológico, e dificultando os procedimentos médicos de transgenitalização; quer quando através do Poder Judiciário emperra processos de mudança de nome nos documentos essenciais.

No Brasil, a expectativa de vida de uma travesti e transexual brasileira é aproximadamente 35 anos, enquanto a expectativa de vida de um brasileiro médio é 74,6 anos. Sendo que o Brasil lidera o ranking de violência transfóbica, sendo o país que mais se mata travestis e transexuais no mundo. Soma-se a isso a dificuldade da realização de cirurgias de transgenitalização. Apenas no Estado São Paulo há uma fila de 3.200 pessoas que desejam realizar esta cirurgia, mas somente uma cirurgia é realizada ao mês, 12 cirurgias ao ano. Quem entrar na fila agora terá que esperar 266 anos para realizar esse procedimento cirúrgico pelo Sistema Único de Saúde/SUS no Brasil, um absurdo! A mesma dificuldade existe para a redefinição de nomes nos documentos essenciais ou a utilização do nome social em instituições.

Nós, anarquistas, acreditamos que toda forma de opressão e autoritarismo é nociva. Buscamos a liberdade, essa liberdade agregadora, que aumenta quando quem está perto de nós também a vive. Tentamos todo momento cumprir ou proporcionar realização à ideia de que a liberdade da outra pessoa estende a nossa ao infinito. Acreditamos também que os fins determinam os meios e queremos desde já construir uma sociedade socialista e libertária ou, como diriam zapatistas, “um mundo

onde caibam muitos mundos”. Por isso, queremos lembrar que a luta contra a transfobia não se resume a um dia, é diária, árdua e cheia de obstáculos. Nesta luta, manteremo-nos de mãos dadas e punhos erguidos, ao lado de quem deve protagonizá-la, transexuais e travestis.

### **Informativo nº 3**

## **QUESTIONANDO A RELAÇÃO DE MATERNIDADE, TRANSFORMANDO AS RELAÇÕES SOCIAIS**

*É preciso de uma tribo inteira para educar uma criança.  
Provérbio africano*

Mesmo que muitas mulheres não sejam mães, isso não exime nenhuma mulher (e nenhum homem) socialista e libertária de debater o tema da maternidade sob o viés feminista e de forma crítica para a construção de nossas organizações políticas e de um projeto de transformação da sociedade. Como esse tema é muito abrangente e complexo, este texto se propõe a pontuar alguns tópicos para se tentar construir uma nova postura diária diante das mulheres-mães que se tem contato, seja de forma rotineira ou esporádica, valendo essas reflexões para todos e todas que se interessam pelo tema e por construir relações mais solidárias e libertárias com as mulheres que são mães. Iniciando a discussão a nível de Estado, embora algumas (insuficientes) políticas públicas reconheçam e atendam às necessidades de gestantes e puérperas, muito ainda precisa ser feito.

O Estado e o patriarcado violentam as mulheres de forma sistemática, não só não atendendo suas necessidades típicas do feminino na saúde, educação, segurança e transporte, mas tirando direitos e criminalizando mulheres, principalmente as negras, quando se tenta resistir às opressões da máquina.

Atualmente, assistimos indignadas à culpabilização das mulheres em virtude do nascimento de crianças com microcefalia. Sabemos que o zica vírus é transmitido e se perpetua por falhas em políticas públicas de saneamento básico e saúde, entre outras. Ao invés de garantir as condições de saúde pública para o desenvolvimento das pessoas, nesse caso, o Estado territorializa o corpo e a vida das mulheres, culpando-as

por contrair o zica vírus. Junte-se a isso o abandono dos pais e do próprio Estado através do não-fornecimento de políticas públicas, trazendo à tona a discussão inadiável da descriminalização do aborto, de tonar a maternidade uma escolha e não algo compulsório.

A conjuntura há muito é de ataque aos nossos direitos e às nossas vidas. Exemplos disso são a criminalização do aborto, o estatuto do nascituro, pouco atendimento diferenciado na saúde (física e mental) para mulheres, carência na proteção à mulher (e principalmente às negras) contra a violência doméstica, ausência do feminismo como assunto a ser abordado nas escolas e, em alguns Estados, há inclusive uma proibição expressa nesse sentido, dentre tantos outros!

A nível de relações cotidianas e no campo simbólico, a romantização da maternidade é um mecanismo machista e patriarcal de naturalizar e perpetuar a sobrecarga de trabalho sobre as mães. Decorrente dessa romantização surge a CONIVENTE E CONVENIENTE figura do “pai quando dá”. É possível facilmente constatar variados casos de relações em que o pai é ausente e só faz o papel de cuidador quando quer, ou ainda quando usa a criança como chantagem para se aproximar da mãe, quando a responsabilidade com a criança é só da mãe, mesmo se dividirem o mesmo espaço etc. Vivenciamos ou presenciamos diversos casos e relatos de mulheres, casadas ou não, que trabalham, vão buscar as crianças na escola e fazem tudo dentro de casa, e o pai é ausente nas atividades do dia a dia.

O “pai quando dá” “(...) infelizmente não percebe [ou simplesmente não se importa] que o preço de sua liberdade e de sua mobilidade se faz à custa da territorialização da mulher e do tempo feminino. E que todas as vezes que ele sai pela rua sozinho, caminhando com as suas próprias pernas, é porque tem uma mulher que está fazendo o trabalho de cuidado de seu(sua) filho(a)” (Camila Fernandes). Atrelado à territorialização da mulher e do tempo feminino, acaba por sobrapouco (nenhum) tempo e espaço para a mulher curtir o ócio, o lazer, o trabalho, uma leitura, um hobby, um sonho ou o que quer que seja sem os/as filhos/as. Acaba também que a necessidade psicológica (fundamental!) de que as mulheres-mães tenham condições de encarar um processo de autoconhecimento, de reflexão sobre si mesmas, de cuidado de si e empoderamento coletivo fica relegado para .... DEPOIS (nunca). Resultado: muitas mulheres frustradas e deprimidas, mas se perguntando “por quê?”.

Segundo Maria José, psiquiatra do Coletivo Feminino Plural,

“as mulheres casadas que têm mais de três filhos, isso é um risco para a saúde mental. Porque são elas que fazem tudo, cuidam da casa, criam as crianças sozinhas, são elas que abortam, elas que gerenciam a casa. Quando chegam do trabalho, se forem pobres, vão ter que fazer de novo tudo que fizeram na casa da patroa [...]. É uma sobrecarga que não termina nunca. Então, o casamento é um risco para a vida das mulheres. Infelizmente, essa é a realidade. Porque aumenta demais a sobrecarga de trabalho”. Do outro lado da romantização da maternidade, um outro mecanismo de violência sobre as mulheres é a exclusiva culpabilização da sociedade sobre ela por engravidar, o que se torna um grande tormento psicológico proveniente dos olhares de julgamento em cima da mulher (mais ainda quando é preta e pobre), além da falta de cuidado, da grande carência na gentileza e acolhimento a essas mulheres nos espaços públicos e dos insultos contínuos que a sociedade e (muitas vezes) a família reforçam e descarregam.

Nada mais humilhante do que as palavras “Quem pariu que crie”, “abriu as pernas agora vai ter”, “é obrigação sua criar”, “quem mandou não se prevenir?!”. Estes e outros insultos pesam para que a mulher carregue a culpa de ser mãe para o resto da vida. E ainda acreditando no romantismo da maternidade, a mãe sente que tem que aceitar tudo isso calada e sem rebater.

Diante desse quadro desolador, principalmente para as mães negras e pobres, é necessário um conjunto de ações que rompam com esses dispositivos (reais e simbólicos) do poder machista e patriarcal. A começar pelo conselho: “mais do que questionar, aproveite a oportunidade para auxiliar, para por em prática sua gentileza, seja puxando um carrinho no mercado enquanto a mãe segura o filho no colo, seja dando o lugar na fila”. (Mariana).

Também temos necessidade de progressivamente desromantizar a maternidade, como uma forma de mostrar que não só a mulher tem a obrigação de cuidar ou de ocupar todo o seu tempo nesta função. Não falamos aqui em deixar de cuidar do filho ou da filha, mas de dividir as responsabilidades, garantindo que a mãe possa dar continuidade a seus planos de vida. Portanto, que apareçam nos discursos cotidianos e em nossas ações o incômodo e o desconforto do privilégio do “pai quando dá” - que pode ser um amigo, um colega, um familiar. Também incentivamos a prática libertária de comuna e de responsabilidade coletiva pela socialização e criação das crianças. Buscar formas de dividir responsab-



ilidades e multiplicar a educação das crianças é uma das maneiras mais potentes de empoderar as mulheres na luta feminista!

Daí as organizações políticas, os movimentos sociais e coletivos precisarem estar atentos para as mulheres-mães que frequentam seus espaços e constroem a luta. É fundamental reconhecer que o simples fato de essa mãe estar levando sua criança para um espaço de esquerda já é uma contribuição para o fortalecimento das lutas e para a construção de uma sociedade mais justa, a partir da educação de crianças em espaços com cultura libertária. E aqui, nós, que organizamos espaços coletivos e libertários, precisamos estar atentas: “ao se aproximar de ambientes e coletivos feministas, sejam eles presenciais ou não, a mulher precisa se sentir acolhida, segura e representada. Com a mãe não é diferente. Mas estar em um lugar onde há muita antipatia com a sua condição de mãe não é lá muito legal. Agora imaginem um ambiente feminista que não é acolhedor para uma criança. Se não acolhe a criança, logo não vai acolher a mãe”(Adauana Campos). Por isso que é tão valioso que as organizações políticas e os movimentos sociais incluam as mães em sua agenda e na sua estrutura e disposição política de se fazer movimento.

Por fim, gostaríamos de terminar o texto com a importância da desobediência para nossas crianças – tema tão caro para nós, anarquistas! Não se trata aqui da rebeldia sem causa, mas da consciência de se estar sofrendo uma injustiça e da raiva decorrente disso bem direcionada e expressa. Não se trata só de desobedecer, mas de saber quando e como desobedecer! E que ato de coragem e ousadia é se nossas mães-amigas libertárias estimularem nossas crianças a despertarem suas capacidades críticas a isso – ainda mais diantedelas mesmas ou de outras figuras de “autoridade”! “Na verdade, quanto mais permitimos que o outro siga a sua própria vontade e criamos um ambiente de condições favoráveis e saudáveis para que isso ocorra, mais respeito conquistamos nessa relação e, de lambuja, contribuimos para quebrar esse ciclo autoritário, competitivo e dominador que impera em nosso contexto social. As pessoas mais criativas e que surpreendem nesse mundo são as que aprenderam que é preciso desobedecer. Quando aprendemos a desobedecer, (re)descobrimos o prazer da vida, aquela felicidade genuína da infância e passamos a obedecer (ai sim), a nós mesmos, ao nosso coração.” (Bruna Gomes)

## Referências

Camila Fernandes: [http://www.geledes.org.br/pai-quandoda/fb\\_](http://www.geledes.org.br/pai-quandoda/fb_)

ref=4725e72374f240998357609a68798cbf-Facebook

Aduana Campos: <https://www.facebook.com/ogatoeodiabo/photos/a.189948>

551181226.1073741826.189944834514931/523383297837748/?type=3&theater

Julia Harger: <https://temosquefalarsobreisso.wordpress.com/2015/11/22/desconstruir-a-maternidade-romantica-e-nosso-papel/>

Maria José: <http://www.geledes.org.br/o-casamento-e-um-risco-para-avida-das-mulheres-diz-medica-especialista-em-saude-mental-feminina/#ixzz44LrTTyRk> Bruna Gomes: <http://brincandoporai.com.br/a-importancia-dadesobediencia/> Mariana <http://porumavidadeverdade.com/eu-mae-solo-de-trespuerpera-longe-da-familia-e-feliz/>

## **Informativo nº 4**

### **25/07 - Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha**

#### **Toda mulher negra é um quilombo!**

A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado rumo à favela.

A minha voz ainda  
ecoa versos perplexos  
com rimas de sangue e fome.

A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.

Conceição Evaristo

Em julho de 1992, durante o I Encontro de Mulheres Latino-americanas e afro-caribenhas, instituiu-se o 25 de julho como o Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe, em homenagem a Tereza de Benguela – uma mulher negra guerreira, líder do quilombo de Quariterê, em Mato Grosso. Enxergamos neste dia mais uma oportunidade de luta que se justifica pela realidade das mulheres negras na América Latina e no Caribe. Realidade expressa em indicadores socioeconômicos reveladores de desigualdade e decorrente de um longo período de subjugação, humilhação, extermínio, escravização do povo negro pela supremacia branca e patriarcal.

### **Violências de gênero, classe e raça.**

O racismo brasileiro encontra na misoginia um mecanismo eficiente de opressão. A história do Brasil se construiu sobre alicerces de racismo e machismo, desde o estupro colonial – estupro de negras e indígenas escravizadas.

O racismo institucional nos atinge – mulheres negras – assustadoramente, tendo em vista que nós somos as mais afetadas pelas desigualdades socioeconômicas de um país ainda escravocrata. Nós, mulheres negras, somos as que menos terminam o Ensino Fundamental e Médio, tampouco o Ensino Superior. Somos as que mais trabalhamos, porém com rendimento mínimo e em condições de subemprego. Somos as que menos recebem assistência do SUS (como menor tempo de atendimento, maior mortalidade infantil e por doença falciforme etc.), em nossas comunidades não existe saneamento básico, fazendo com que sejamos as mais atingidas por doenças. E somos nós as que mais precisam abdicar de algum aspecto de nossas vidas para dar conta de todas as barreiras colocadas pela supremacia branca e patriarcal – seja o trabalho que se quer, o lazer que se gosta, a família unida, dentre tantos outros.

Nos centros penitenciários femininos, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de 2014, duas a cada três detidas eram negras (68%). Das detidas, 57% eram solteiras, 50% tinham o Ensino Fundamental Incompleto e 50% tinham entre 18 e 29 anos. O Brasil é o 5º maior com população carcerária feminina. Esse é só um retrato do extermínio e da criminalização da população pobre, negra e periférica que tem suas vidas ceifadas através do braço armado do Estado – polícia. Ainda de acordo com o Infopen, o tráfico de drogas é o crime que mais prende mulheres no Brasil.

Esse número chega a 68%, seguido por roubo (10%) e furto (9%).

A guerra às drogas justifica a morte do povo negro nas favelas. E são as mulheres negras que mais sofrem com o extermínio de seus filhos/as, tendo em vista que os pais abandonam as crianças mesmo até antes de nascer.

A mídia contribui para a sensualização do corpo da mulher negra, o que é determinante para os casos de estupros. Como exemplo típico, é a mulher negra e jovem (e por que não dizer, nordestina no caso do Brasil?) que é a mais objetificada no Carnaval. Sem falar nas propagandas de cerveja, carro e outras mercadorias que, para serem vendidas, têm seu valor adjetivado pelo corpo feminino, na maioria, corpo de mulheres negras.

A existência da exploração sexual de crianças e adolescentes e prostituição (nesta última, o exercício é realizado, em grande maioria, por mulheres negras) também reforça e naturaliza a concepção de que “a carne mais barata do mercado é a negra” e serve para apreciação e uso pelo homem – embora não critiquemos as profissionais do sexo que recorrem a essa atividade como fonte de renda.

As mulheres negras também sofrem quando não podem proferir sua espiritualidade, cultura e religiosidade. São inúmeras as violências contra a umbanda e o candomblé –religiões de matriz africanas- além da criminalização. Em 2015, casos como o da menina Kaylane Campos, atingida com uma pedrada na cabeça, aos 11 anos, no bairro da Penha, na Zona Norte do Rio, quando voltava para casa de um culto e trajava vestimentas religiosas candomblecistas, e de um terreiro de candomblé que foi incendiado em Brasília nos mostra o quanto a intolerância aliada à supremacia branca e cristã produz racismo e violência, disseminando o ódio.

### **Resistências Pretas**

Cada mulher negra que se mantém caminhando e enfrenta o racismo e o machismo em sua rotina diária é um ícone de força e celebração da negritude.

Desde o início da escravização no Brasil, nós – mulheres negras – permanecemos firmes em resistências. Quer por meio de ação direta, como faziam as nossas velhas nas cozinhas dos brancos, quer por meio da resistência organizada nos quilombos.

Atualmente, a organização em movimentos sociais mistos, au-

to-organizados por identidade de gênero ou racial, são nossas ferramentas de luta. Só a organização e a autodefesa das mulheres negras contra o machismo, a supremacia branca, o capitalismo e o Estado podem nos libertar. Temos ciência que a luta parlamentar não nos trará frutos de resistência, pelo contrário, fortalecerão as novas correntes de escravidão.

O silenciamento de Tereza de Benguela – mais uma mulher negra negligenciada pela história brasileira – representa uma forma de fazer história para a qual não podemos nos curvar. Uma história branca, machista e eurocêntrica, que entoa muitos feminismos, mas que não cabe nas nossas fileiras. Grita a necessidade de construirmos um feminismo nosso, não eurocêntrico, com nossas raízes indígenas e quilombolas.

**Viva Dandara!  
Viva Tereza de Benguela!  
Viva Negra Bonifácia!**

**Organização Resistência Libertária (ORL/CAB)**

## **Informativo nº 5**

**Contra o feminismo seletivo no campo ideológico: solidariedade a todas as mulheres que sofreram com violências machistas no ato do dia 13/12 em Fortaleza-CE.**

Na última manifestação contra a PEC 55, em Fortaleza, dia 13 de dezembro de 2016, organizada pela Frente Povo sem Medo e a Frente Brasil Popular, militantes do MTST-Ceará expulsaram do ato integrantes do bloco independente (militantes secundaristas, autonomistas e anarquistas), seguindo com perseguições e espancamentos. [1]

Dois mulheres do bloco independente e uma militante da Nova Organização Socialista (NOS) foram gravemente agredidas por integrantes do MTST, dentre elas, uma militante foi ameaçada de estupro; Ainda, várias mulheres relatam que tentaram barrar a ação violenta e autoritária dos agressores, mas foram empurradas, ofendidas verbalmente e silenciadas por homens, inclusive membros da própria direção do MTST-Ceará

A ação foi alvo de diversas denúncias, dentre elas a da Frente

Libertária Estudantil (FLE), que por sua página no facebook postou a foto de uma militante da UNE atribuindo apenas a ela a responsabilidade pelas tentativas de homicídio por parte de integrantes da Frente Povo Sem Medo. Para nós, essa postagem da FLE também representou uma apologia ao estupro – mesmo que tenha tido retratação posteriormente.

Repudiamos todas as violências machistas pelas quais passaram essas mulheres na manifestação e nos desdobramentos dela. Ações como estas nos lembram que em casos de conflito e de guerra – quer entre aparelhos repressores do Estado e movimentos sociais, quer entre a própria “esquerda” – nós, mulheres, somos duplamente ameaçadas e violentadas, tratadas, mesmo para os homens que se dizem à esquerda, como objeto violável e vulnerável, para onde recorrem aqueles que não conseguem construir uma ação política ética e sem sexismos.

Não endossamos os discursos transmitidos em diversas notas da “esquerda”: de um feminismo seletivo, que só reconhece uma violência machista quando a mulher agredida está do seu lado da trincheira e muitas vezes silencia em relação às companheiras agredidas por homens de sua organização ou de frentes de luta que compõem. Nós, mulheres da ORL que militamos na construção do feminismo no Ceará e em movimentos sociais urbanos, sabemos da postura machista de alguns dirigentes do MTST-Ceará, já denunciada também por vários coletivos da cidade. Não nos surpreende essas ações machistas vinda do MTST, pois o mesmo tem em seu quadro militantes já publicamente denunciados por violências machistas.

Portanto, soa-nos desonesto com um feminismo comprometido com a libertação das mulheres entoarem notas e tons de repúdio contra a agressão de uma militante da UNE e não fazerem o mesmo com militantes autonomistas e anarquistas espancadas, violentadas e ameaçadas. Aqui, manifestamos nossa completa solidariedade feminista com as TODAS as mulheres que sofreram violências machistas no ato do dia 13/12 e nas denúncias que daí advieram. Estamos atentas e repudiamos este tipo de feminismo seletivo no campo ideológico.

**Enraizar o feminismo na luta contra violências machistas!**

**Machistas de esquerda não passarão!**

**Construir Mulheres Fortes! Construir um Povo Forte!**

**Lutar, Criar, Poder Popular!**

## **Informativos da CAB 2016/2017**

### **Informativo nº 1**

#### **Nota Pública da Coordenação Anarquista Brasileira: 8 de Março, Dia Internacional da Mulher**

“Somos escravas dos escravos.  
Exploram-nos mais impiedosamente que aos homens.”  
Lucy Parsons.

#### **Resgate histórico sobre 8 de Março, Dia Internacional da Mulher:**

Possuímos uma cultura do esquecimento, de apagamento de nossa memória, somos fruto de uma história que gerações antepassadas construíram. Por isso é de suma importância que nós, enquanto anarquistas feministas organizadas, façamos o resgate e a preservação cultural da história da luta da classe oprimida, das lutas empregadas por grandes mulheres que não se submeteram ao regime patriarcal dominador de sua época.

Datas importantes e que foram históricas na luta de classes, como o 8 de Março e o 1º de Maio, são “comemoradas” sem que haja o conhecimento suas origens. Sabemos que a classe dominante tem sua própria versão da história, versão essa que apaga deliberadamente as lutas sociais contra a dominação e exploração. Ainda mais por isso é que devemos nos apropriar da história de nossa classe, valorizar suas conquistas e aprender com seu movimento.

#### **8 de Março:**

O Dia internacional de luta das mulheres tem origem em 8 de Março de 1857. Em um episódio de muita repressão e violência empregadas contra a luta das mulheres operárias do setor têxtil e ao seu movimento grevista. As operárias haviam ocupado a fábrica em que tra-

balhavam, reivindicando redução da jornada de trabalho, equiparação salarial aos dos homens, que chegavam a receber três vezes mais pelo mesmo tipo de serviço, e mais dignidade no ambiente de trabalho. Na cidade de Nova Iorque, os patrões, em resposta ao movimento, trancaram as operárias e incendiaram a fábrica, carbonizando e matando cerca de 130 tecelãs.

Se vivemos sob a lógica de dominação e exploração, que faz milhares de pessoas viverem submetidas às várias formas de opressões, também podemos ter a certeza de que são as mulheres as que mais sofrem com toda a desigualdade e a injustiça social do capitalismo. Elas já são exploradas enquanto trabalhadoras, o que se intensifica ainda por serem mulheres numa sociedade regida pelo machismo.

### **Conjuntura política de ataques às mulheres:**

E hoje, em uma sociedade em que o ascenso da direita conservadora é inegável, vemos os ataques às de baixo se intensificarem ainda mais. Um dos ataques é o Projeto de Lei 5069/2013 de autoria do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), que trata sobre a prática do aborto, em que “Tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto.” Prevê pena de prisão de 4 a 8 anos, para quem auxiliar de forma direta ou indireta a gestante na prática do aborto. É isso se acentua ainda mais em relação ao auxílio e/ou orientação por parte de profissionais, com penas entre 5 a 10 anos de prisão.

Este deve ser um momento de unificação dos setores da classe oprimida para reagir contra os ataques dos de cima. Só com muita organização e força social nós, mulheres, avançaremos em nossas conquistas econômicas e políticas e arrancaremos das forças do capital e do Estado, os direitos que sempre nos foram negados durante a história da luta de classes.

Podemos dizer que o ano de 2015 foi de avanços para a luta das mulheres. Além da 5ª Marcha das Margaridas, em agosto de 2015, que reuniu mulheres indígenas, quilombolas e agricultoras de todo o Brasil, também em Brasília ocorreu a Primeira Marcha da Mulher Negra, que serviu para dar mais visibilidade para quem até então “não aparecia na foto carregando o piano”, como disse Juliana Gonçalves, jornalista e uma das coordenadoras do movimento em São Paulo.



**Curdas e Zapatistas:**

Em outros dois pontos do globo terrestre, um tanto quanto distantes do Brasil, estão em curso processos muito interessantes de auto-organização e empoderamento feminino, em que podemos nos debruçar e atentar um pouco mais, servindo de referência e inspiração.

Um deles é o processo revolucionário curdo, em que as mulheres, em uma região historicamente dominada e regida por um machismo perverso, que as impedia de mostrar o próprio rosto, vêm protagonizando um papel central na luta contra o Estado Islâmico e o Estado Turco, dois grandes inimigos do povo curdo.

Mais próximo a nós, há as Zapatistas, no México, onde desde 1994 as mulheres indígenas vem chamando a atenção do mundo todo na luta em defesa de seus territórios e de sua cultura. Como se vê na Ley Revolucionária de Mujeres de EZLN, “Noveno: Las mujeres podrán ocupar cargos de dirección en la organización y tener grados militares en las fuerzas armadas revolucionarias.”

Neste 8 de Março, queremos chamar atenção especial para o assassinato de Berta Cáceres. Ela foi coordenadora Geral do Conselho Cívico de Organizações Populares e Honduras Indígena (COPINH). Havia repetidamente manifestado-se contra as ações e intenções de ambas as atuais concessões governamentais de recursos naturais e empresas transnacionais estrangeiras nefastas através da construção de barragens e captura dos recursos dos povos indígenas. Foi assassinada em sua casa, em 03 de março. Por ela, nenhum minuto de silêncio. Todas nossas vidas de luta!

A Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) vem a público dizer que faz parte, com todas as mulheres, desta luta contra o sistema capitalista patriarcal e pelo resgate da memória histórica das lutas das mulheres. Chamamos todas as pessoas para a luta em defesa da mulher trabalhadora, da mulher ribeirinha, da mulher indígena, da mulher camponesa, da mulher quilombola, da mulher negra, da mulher LGBT, de todas as mulheres exploradas e oprimidas!!

**VIVA 8 DE MARÇO!!**  
**VIVA BERTA CÁ CERES!!**  
**VIVA AS CURDAS E ZAPATISTAS!!**  
**NÃO AO PL 5069/13 !**

## **Informativo nº2**

### **Contra a cultura do estupro, a resistência é a vida!**

A Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), reunida em plenária nacional, quer declarar seu completo repúdio e indignação com o caso de estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos por mais de trinta homens ocorrido na cidade do Rio de Janeiro.

A cultura do estupro não é recente em nossa história, pelo contrário, está na gênese da formação social do Brasil, pois sob a consígnia da miscigenação cultural existe um país formado a partir do estupro colonial de negras e indígenas.

A cultura do estupro existe a partir da inadmissível ideia que os corpos e as vidas das mulheres servem naturalmente à dominação masculina. Reside em nosso meio como permanente lembrança que vivemos em uma sociedade extremamente violenta com as mulheres, caracterizando um quadro de guerra civil contra as mulheres, em que todos os dias morrem algumas das nossas.

Ainda que antiga, a cultura do estupro se fortalece em momentos conjunturais de negação do direito e da existência humana das mulheres. É o momento em que vivemos, quando o patriarcado e a religião, institucionalizados por meio do Estado, cortam possibilidades de existência digna por todos os lados: saúde, educação, trabalho, cultura e mobilidade.

Levantamento do IPEA, feito com base em dados de 2011, mostrou que 70% das vítimas de estupro no Brasil são crianças e adolescentes; cerca de 15% dos estupros registrados no sistema do Ministério da Saúde envolveram dois ou mais agressores; 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima. De acordo com dados mais recentes, em 2014, o Brasil teve um caso de estupro notificado a cada 11 minutos. Diante deste cenário, preocupa-nos a chegada das Olimpíadas no Rio de Janeiro, pois sabemos que o acontecimento de megaeventos contribui para o aumento da exploração dos corpos de mulheres e adolescentes, comercializadas como atrativos turísticos.

Reiteramos que devemos permanecer firmes e resistentes contra o avanço sobre os corpos, as vidas e os direitos das mulheres, fortalecendo discussões e práticas feministas em nossas organizações e nos mov-

imentos sociais em que estamos. É importante também nos atentarmos para a construção da autodefesa como forma de resistência em rede, jamais isoladas.

**Mexeu com uma, mexeu com todas!  
Estupradores não passarão!  
Machistas não passarão!**

**Fortaleza, 28 de maio de 2016.  
Coordenação Anarquista Brasileira**

### **Informativo nº3**

## **28 de setembro: Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe**

“O sistema machista quer nos proibir com um papo furado, mas se homem engravidasse já seria legalizado.”

Brisa Flow

O dia 28 de setembro foi escolhido como o dia de luta pela descriminalização e legalização do aborto durante o V Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado na Argentina, em 1990. Mas a discussão sobre o tema não é recente, pelo contrário. Em nossa tradição feminista e anarquista, Emma Goldman defendia em seus escritos a necessidade de descriminalização do aborto, bandeira que levantou em sua atuação sindicalista nos EUA e na União Soviética, após sua deportação.

Na Rússia Soviética, o decreto de 1920 tornou visíveis as necessidades das mulheres de interromper a gestação e tornou o aborto legal. Para o acesso ao aborto as mulheres enfrentavam uma burocracia absurda e seus pedidos entravam numa “lista de prioridade”. Aos olhos do Estado, o desemprego, a pobreza e a ilegitimidade levavam as mulheres a abortar, sendo quase impossível o acesso ao aborto legal quando se tratava de uma escolha da mulher em outras circunstâncias. Além disso, na URSS os médicos não utilizavam anestesia nas cirurgias de aborto, pois eram consideradas de menor importância, provocando um sofrimento doloroso para as mulheres e fazendo com que mesmo sendo

legal, muitas mulheres recorressem ao aborto ilegal ou não abortassem. No curto verão da anarquia na Espanha, em janeiro de 1937 o Conselho de Saúde Catalão promulga um decreto de liberalização e controle do aborto nos hospitais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 8,7 milhões de brasileiras com idade entre 18 e 49 anos já fizeram pelo menos um aborto, destes 1,1 milhão foram provocados.

O papel socialmente atribuído à mulher na sociedade faz com que derrubem apenas sobre os nossos braços a responsabilidade de prevenção e cuidado e o peso da gravidez. Percebemos que no círculo criminalizante do aborto, sempre somos nós, mulheres, as mais penalizadas. Respondemos com nossos corpos e nossas liberdades por uma gravidez gerada por homens e mulheres.

No Brasil o aborto é crime. A mulher que aborta, e quem quer que a auxilie, podem ser penalizados. Exceto os casos em que o aborto é legal no Brasil: risco de vida da mãe (diagnosticado de forma bem imprecisa pelos médicos e nos últimos momentos antes do parto, ou mesmo durante), em caso de estupro e quando o feto é anencéfalo. Fora estes casos, a mulher que comete o aborto é enquadrada no artigo 124 do Código Penal. Código este que é bastante ineficaz para evitar o aborto, mas totalmente eficaz para matar as mulheres.

Disto tiramos duas consequências sociais principais: nós, mulheres do povo, devemos procurar clínicas clandestinas e sem segurança para abortar. As mulheres que não tem como pagar colocam sua vida em risco com métodos caseiros. As ricas conseguem abortar sem riscos indo para fora do Brasil. As que pagam, mas realizam o procedimento aqui, ainda correm risco de morte, pois na maioria das vezes as clínicas clandestinas não possuem estrutura. O caso mais recente foi o da Caroline, grávida de cinco meses e mãe de uma menina de 10 anos, que procurou a clínica para o procedimento e acabou morrendo com um corte na barriga. A outra consequência é que mulheres podem ser presas por causar aborto. Como anarquistas, somos anticárcere e não aceitamos, de nenhuma forma, que mulheres sejam presas por interromper a gestação. O aborto não é um caso de polícia, mas sim de saúde pública! Quantas morrerão até que algo seja feito?

Nestes tempos em que cresce o conservadorismo espelhado em instituições e pessoas “públicas”, vemos nossos direitos cotidianamente ameaçados. A figura repugnante do ex-presidente da Câmara dos Dep-

utados, Eduardo Cunha, levou ao Congresso muitos projetos de lei que ameaçam nossas vidas, dentre eles o PL 5069/2013, que torna crime o anúncio de métodos abortivos e a prestação de auxílio ao aborto, especialmente por parte de profissionais de saúde. Além disso, o PL 5069/2013 tem impacto direto no atendimento às vítimas de violência sexual, uma vez que considera estupro apenas as práticas que resultam em danos físicos e psicológicos e que a prova deverá ser realizada por exame de corpo de delito. Eduardo Cunha também é autor do PL 1545/2011 que prevê pena de 6 a 20 anos para médicos ou médicas que realizam aborto, além da cassação do registro profissional.

Além das ameaças ao aborto legal para casos de estupro, o acesso a métodos contraceptivos também segue sendo ameaçado. O PL 1413/2007 de Luiz Bassuma, proíbe a distribuição, a recomendação pelo SUS e a comercialização pelas farmácias da pílula do dia seguinte. O mesmo deputado é autor do Estatuto do Nascituro (PL 478/2007), que proíbe o aborto mesmo em caso de estupro e transforma o aborto ilegal em crime hediondo.

Só a luta e a organização nas ruas podem barrar o avanço do conservadorismo sobre nossos corpos. Precisamos estar organizadas, quer em movimentos sociais mistos, quer em movimentos auto-organizados por mulheres. A construção do poder popular para barrar a opressão dos nossos corpos é o caminho que nós, anarquistas, trilhamos. E o poder popular se constrói cotidianamente, nas lutas populares, por fora das urnas, de forma horizontal e independente, sempre tendo na mira o socialismo libertário em que nós mulheres possamos ser verdadeiramente livres.

**POR TODAS AS MULHERES MORTAS  
EM ABORTOS CLANDESTINOS  
NENHUM MINUTO DE SILÊNCIO!  
TODA NOSSA VIDA DE LUTA!  
Construir um povo forte! Construir mulheres fortes!  
Coordenação Anarquista Brasileira**

## **Informativo nº4**

### **25 de novembro: Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher. Lutar contra todos os tipos de violência hoje e sempre!**

O dia 25 de novembro foi instituído como o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher em 1999, homenageando as irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa Mirabal, “Las Mariposas” – brutalmente assassinadas em 1960 a mando do ditador Rafael Leônidas Trujillo, da República Dominicana. As três, que combatiam corajosamente a ditadura de Trujillo, foram estranguladas por agentes do Serviço de Inteligência Militar dominicano que, para simular um acidente de carro, jogaram seus corpos em um precipício. Em 2016, o movimento feminista também lembra os dez anos de vigência da Lei Maria da Penha.

Em vários espaços, várias formas de violência destroem nossas vidas: violências domésticas, no ambiente de trabalho, nas ruas, nos transportes coletivos, nas escolas e universidades – quer sejam violências físicas, sexuais, psicológicas ou simbólicas. O Estado, o patriarcado e o capitalismo estão intimamente envolvidos na opressão e repressão de nossos corpos e vidas.

Em série especial chamada “Violência contra a mulher no mundo”, de 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU) reúne dados importantes para entendermos o problema social da violência contra a mulher. Segundo este documento, a violência contra a mulher é a violação de direitos humanos mais tolerada no mundo. Essa pesquisa usa o termo feminicídio para designar toda violência contra mulher que leva ou pode levar à morte.

Os números do feminicídio são alarmantes e se dividem majoritariamente entre 1) feminicídios íntimos: 35% de todos os assassinatos de mulheres no mundo são cometidos por um “parceiro”; 2) feminicídio não-íntimo: são crimes cometidos por alguém que não tenha relações íntimas com a mulher. A América Latina é uma das regiões mais conturbadas por crimes como estes: estupros, assédios e assassinatos; 3) crimes relacionados ao dote: é mais evidente no continente asiático, onde a cultura do “dote” ainda é forte; 4) casamentos forçados: mais de 100 milhões de meninas poderão ser vítimas de casamentos forçados durante a próxima década; 5) mutilação genital feminina: mais de 135 milhões

de meninas e mulheres vivas já foram submetidas a essa prática aviltante em 29 países da África e Oriente Médio; 6) “Crimes de honra”: são homicídios de mulheres, jovens ou adultas, a mando da própria família, por alguma suspeita ou caso de “transgressão sexual” ou comportamental, como adultério, recusa de submissão a casamentos forçados, relações sexuais ou gravidez fora do casamento – mesmo se a mulher tiver sido estuprada. O crime é praticado para não “manchar o nome da família”. 5 mil mulheres são mortas por “crimes de honra” no mundo por ano.

Além disso, segundos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em todo o mundo, 52% das mulheres economicamente ativas já sofreram assédio sexual no ambiente de trabalho.

Em um documento chamado “Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Femicídios”, pesquisa aponta que no Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres – a quinta maior no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

No nosso país, 43% das mulheres em situação de violência sofrem agressões diariamente; para 35%, a agressão é semanal, segundo o Centro de Atendimento à Mulher. Em média, a cada 11 minutos uma mulher é estuprada em nosso país, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Num ranking mundial elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, que analisou a desigualdade de salários entre homens e mulheres em 142 países, o Brasil ficou na 124ª posição, com uma previsão de 80 anos para que elas ganhem o mesmo que eles. Igualdade de salários só em 2095! As brasileiras ganham, em média, 76% da renda dos homens, segundo o IBGE.

Segundo o mapa da violência de 2015, a população negra, com poucas exceções geográficas, é vítima prioritária da violência homicida no país. As taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair, enquanto aumentam as taxas de mortalidade entre os negros. Por esse motivo, nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra cresceu de forma drástica. O número de homicídios de mulheres brancas caiu de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de homicídios do período. Já os homicídios de negras aumentaram 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas.

O principal agressor da mulher é o seu “companheiro” ou

“ex-companheiro” e o local onde é realizada a agressão é, em 71,9% dos casos, o ambiente privado (residência), seguido da rua com 15,9%. A violência física é a mais frequente (48,7%), seguida da violência psicológica (23%) e, em terceiro lugar, vem a violência sexual (11,9%).

Todos estes dados passam longe da cruel realidade das mulheres, pois muitas violências e violações não são sequer denunciadas, mas servem à reflexão sobre a dimensão do problema da violência contra a mulher no mundo. Pensar em um processo de transformação social exige necessariamente que pensemos no enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, cotidianamente, através de nossas organizações políticas e movimentos sociais.

O Estado, através dos poderes executivos, legislativos e judiciário negligencia políticas públicas de gênero, oprime e criminaliza as mulheres. A mídia machista objetifica nossos corpos e legitima as violências de gênero. O capitalismo nos explora mais e nos paga menos pelos mesmos serviços.

A atual conjuntura de corte de direitos sociais em nosso país avança também sobre nossas liberdades. A conhecida lei da mordada impede professoras de abordar em sala de aula assuntos como diversidade sexual e de gênero. A contracepção através da pílula do dia seguinte pode ser barrada. O aborto é proibido, criminalizado e sua ilegalidade já fez centenas de mulheres pobres vítimas em clínicas clandestinas neste ano.

É urgente nossa organização e auto-organização para barrar o capitalismo, o patriarcado e o Estado, pois sabemos que só através da luta social cotidiana, internacionalista, desde baixo e à esquerda podemos transformar essa realidade.

Precisamos tomar as ruas contra as ofensivas do Estado, fortalecer a auto-defesa e criar espaços de solidariedade para o enfrentamento a todos os tipos de violências contra a mulher. Façamos nós por nossas mãos tudo o que a nós nos diz respeito!

**Construir mulheres fortes!  
Construir um povo forte!**

**Coordenação Anarquista Brasileira (CAB)**



## **Informativo nº5**

### **Nós anarquistas saudamos o 8 de março: dia internacional de luta e resistência das mulheres!**

#### **Enraizar o feminismo na luta social**

As mulheres da Coordenação Anarquista Brasileira aproveitam a data de 8 de março para lembrar uma vez mais que tal dia é um dia de luta e memória; assim como tem sido todo o tempo, mulheres se rebelam! Contra o patriarcado, contra o machismo, contra a falta de direitos, contra o Estado, contra o capitalismo, mulheres têm se revoltado sempre!

De 8 de março de 2016 para 8 de março de 2017, travamos muitas e muitas lutas, nas mais diversas barricadas. Dentro dos limites de nosso país, vivenciamos uma série de ataques que se interligam por um mesmo centro, o projeto da direita para o Brasil.

O governo do PT e sua conseqüente derrocada, golpeando o povo com sua política de pacto social; o impeachment e o novo golpe que colocou Temer no poder para dar vazão aos retrocessos que temos visto; as várias investidas da direita, que agora se organiza, também, no hipócrita MBL (Movimento Brasil Livre); compõem a força motriz dos de cima para massacrar os de baixo. Por outro lado, a essa força, o povo tem respondido com mais força e organização; muitas vezes, reaprendendo, na prática, o caminho da luta e seus novos desafios. Caminho que tem apontado, cada vez mais, para a ação direta, organização, autogestão, unidade. Aos ataques dos de cima, as mulheres de baixo responderam com protagonismo, ao comporem todas as frentes de batalha: no movimento estudantil, no sindical, nos de bairro/comunitários, nas periferias, no campo e na cidade; e ao encamparem lutas específicas em torno de seus direitos de reprodutivos e de sexualidade e contra todos os tipos de violência contra a mulher.

#### **A luta das meninas nas ocupações das escolas**

Nos ataques contra a educação, as estudantes secundaristas foram as que mais reagiram, ocupando escolas, fazendo atos públicos, recriando os mecanismos de luta da esquerda. As mulheres, garotas, meninas, estão se colocando nesse processo como protagonistas da luta

secundarista, apartidária e autogestionária. Vimos em várias escolas, no cotidiano das lutas que travamos juntas, nas reportagens e gravações, a participação feminina e o quanto isso é importante para manter as ocupações ativas. Além disso, vimos a abertura para o debate das opressões de gênero e machismos nas próprias ocupações, nas escolas e num projeto de educação que vem sendo secularmente implementado, algo que não tem muito espaço nas salas de aula.

Foi essa participação que garantiu o debate em torno das questões de gênero dentro das ocupações, demonstrando, ainda, que estudantes têm interesse em debater e aprender sobre a questão, possibilitando a desconstrução dos padrões normativos. Tal fato é mais importante ainda quando essas desconstruções são atacadas todos os dias nas escolas e, agora mais sistematicamente, pelo governo e pela bancada religiosa, buscando classificar como “ideologia de gênero” toda e qualquer abordagem crítica de temas e assuntos que se refiram às mulheres e à sexualidade. Esses ataques estão incorporados ao Projeto Escola Sem Partido, que tem se espalhado pelo Brasil via Projetos de Lei nos níveis municipal, estadual e federal.

O Escola Sem Partido tenta colocar uma mordaza em professores da Rede Básica de Ensino, cerceando o debate crítico dentro das escolas públicas. Visam perseguir professores, retirando a sua autonomia de ensino, a liberdade de pensamento na escola, contribuindo com a manutenção de uma sociedade racista, machista, homofóbica e desigual. Trabalhadoras da Educação e de outros setores e estudantes manifestaram sua resistência ao Escola Sem Partido nas fileiras de luta Brasil à fora; onde existe projeto de lei com esse teor, existe resistência e existe resistência das mulheres!

### **A luta das mulheres no campo**

No campo, observamos o aumento dos conflitos fundiários provocado pelo avanço do Agronegócio. O governo Dilma foi fechado com um saldo negativo para os movimentos sociais do Campo, ao contrário do que querem fazer parecer atualmente. Ele assentou menos famílias do que os governos Lula e FHC (segundo dados do INCRA). Os acordos com a bancada ruralista fizeram com que o governo sacrificasse o assentamento de famílias sem-terra, a demarcação de terras indígenas e a regularização de áreas de comunidades remanescentes de quilombos. A Medida Provisória 759 / 2016 de Michel Temer, que altera as regras

relacionadas à reforma agrária no país, vem para aumentar o retrocesso.

Mulheres camponesas, agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas – que se organizam em movimentos auto organizados – como o Movimento de Mulheres Camponesas – ou movimentos mistos camponeses – como o Movimento de Pequenos Agricultores – lutaram e conquistaram o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, o salário maternidade, a aposentadoria da mulher da roça aos 55 anos, entre outros. Nesta conjuntura de avanço de um projeto conservador e de direita sobre nossos direitos sociais, temos o desafio de proteger os direitos que conseguimos até aqui, bem como continuar na luta por outros.

### **A conjuntura de ataque aos nossos direitos**

Esses meses também marcaram a tentativa de impor retrocesso ainda maior às políticas públicas que se referem à mulher. Em 2016, essa tentativa ficou simbolizada por Cunha e o seu Projeto de Lei 5069 / 2013. O PL 5069 dificulta o atendimento às mulheres vítimas de estupro e ataca seu direito ao aborto, por meio, principalmente, de uma burocratização desse atendimento; burocratização que coloca em risco nossa vida. Em, praticamente, todos os estados do país, mulheres se levantaram contra Cunha e o PL, reivindicando, mais uma vez, a autonomia sobre seu corpo e de suas escolhas, reivindicando o direito primário de atendimento humano e digno nos casos de estupro. Lembramos que a Cunha e a esse projeto, bem como aos muitos ataques da direita, tem se atrelado o MBL; o mesmo MBL que, recentemente, publicou um texto querendo propagar a ideia mentirosa de que não existe cultura de estupro no Brasil. Além de nossas diversas lutas, temos agora o desafio de fazer frente aos ataques dessa direita organizada no MBL, que falta somente querer dizer que também não existem estupros e machismos em nossa sociedade. Compomos, sem dúvidas, essa frente!

Neste exato momento, enfrentamos uma série de ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários da classe trabalhadora. Em meio a eles, nós mulheres temos ameaça maior, ao vermos o direito à aposentadoria diferenciada ser colocado em xeque pelo Governo e o Senado. A reforma da previdência anunciada vem para atender os interesses dos de cima e colocar a conta, novamente, nas costas dos de baixo. Essa avalanche vai cair diretamente sobre as mulheres. No caso das professo-

ras, duplamente, pela ameaça à retirada de aposentadoria especial para sua profissão (que prevê aposentadoria com 25 anos trabalhados e contribuindo) e pela ameaça da aposentadoria diferenciada das mulheres em geral. É tempo de resistência das mulheres trabalhadoras, das de baixo; e elas estão respondendo com toda força! O apelo por uma greve geral de mulheres no 8 de março de 2017 simboliza bem essa necessidade! É assim que entendemos também o apelo “Por uma greve internacional militante no 8 de março”, lançado no manifesto assinado por Angela Davis e Nancy Fraser. Os chamados internacionais, protagonizados inicialmente pelas mulheres na Argentina (Ni una menos) e nos EUA (Marcha das mulheres contra Trump), adaptam-se bem à conjuntura brasileira de ataque aos direitos da classe trabalhadora e, em maior medida, das mulheres (direitos trabalhistas, previdenciários, reprodutivos, à não-violência...). Entendemos que o chamado é internacional, mas a mobilização deve ser por meio de trabalho social cotidiano, desde baixo!

### **Opressões que caminham juntas**

Na intersecção entre classe, raça e gênero, as mulheres negras da periferia são atingidas pelo extermínio do povo preto. Suas filhas e filhos, sobrinhas, sobrinhos, vizinhas e vizinhos estão sob constante ameaça do braço armado do Estado e, a cada dia, o medo de morrer ou perder uma filha ou um filho é maior. A insegurança, medo e indignação fazem com que essas mulheres lutem cotidianamente pelo seu povo e unam suas forças nessa campanha em grupos como o Mães de Maio e o REAJA. Também lidam com o apoio e sustento familiar muitas vezes sozinhas, mostrando o quão são fortes e o peso que recai sobre suas costas.

Na intersecção entre classe, gênero e sexualidade, vivenciamos, ainda, a dificuldade nas condições precarizadas de vida e trabalho das mulheres. No Brasil, a expectativa de vida de uma travesti e transexual brasileira é aproximadamente 35 anos, enquanto a expectativa de vida de um brasileiro médio é 74,6 anos. O Brasil lidera o ranking de violência transfóbica, sendo o país no qual mais se mata travestis e transexuais no mundo. Soma-se a isso, a dificuldade da realização de cirurgias de transgenitalização. A mesma dificuldade existe para a redefinição de nomes nos documentos essenciais ou a utilização do nome social em instituições.

### **Organização das mulheres anarquistas nas lutas das de baixo**

E nós, mulheres anarquistas, queremos dizer que estaremos sempre na luta, lado a lado com as diversas mulheres que são atingidas no dia a dia pelo machismo, sexismo, capitalismo e pelo Estado. Não daremos nenhum passo atrás nessa luta! Também estamos presentes e combatentes contra o machismo dentro da própria esquerda, dos movimentos sociais e do próprio anarquismo. Somos solidárias a toda e qualquer companheira que venha a sofrer opressões, a cada companheira que queira nos dar a mão. Estamos de olho e rediscutindo o anarquismo a partir de um feminismo que atenda as demandas da nossa formação social e racial, na busca por uma proposta não só de classe, mas também de gênero.

Estamos aqui para buscar o espaço das mulheres na luta e de forma igualitária, afinal, a revolução será feminista, ou não será! A exemplo das lutas internacionais, mulheres curdas, zapatistas, argentinas etc., nós, mulheres brasileiras, também estamos em luta! E nós, mulheres anarquistas, nos colocamos, sempre ombro a ombro, ao lado das de baixo, nessa luta!

**Coordenação Anarquista Brasileira**